

2º TURNO DE 2026
(05/OUT- 25/OUT)

OUTUBRO/2026

GIEL

OBSERVATÓRIO DA VIOLÊNCIA POLÍTICA E ELEITORAL NO BRASIL



GIEL



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO
Centro de Ciências Jurídicas e Políticas - CCJP
Escola de Ciência Política - ECP
Grupo de Investigação Eleitoral - GIEL

Coordenação Geral

Felipe Borba

Cientista político e Coordenador do Grupo de Investigação Eleitoral

Coordenação do Observatório

Miguel Carnevale

Pesquisador de pós-graduação e Bolsista CAPES

Beatriz Carvalho

Pesquisadora de pós-graduação, Rutgers University-New Brunswick

Equipe de Trabalho

Pedro Bahia

Pesquisador de pós-graduação, Instituto de Estudos Sociais e Políticos - IESP/UERJ

Thais Estrella

Pesquisadora de pós-graduação e Bolsista CAPES

Ana Beatriz Padela

Bolsista de iniciação científica, CNPq

Rebecca Rodrigues

Bolsista de iniciação científica, Unirio

Projeto Gráfico

Potentia Assessoria e Consultoria Política

Financiamento

Fundo Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro - Faperj
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

O conteúdo desse material pode ser reproduzido total ou parcialmente em qualquer forma e em qualquer meio de comunicação desde que a fonte seja devidamente citada.

Para maiores informações sobre esta publicação, acessar www.giel.uniriotec.br ou enviar correio eletrônico para giel@unirio.br

SUMÁRIO

04
APRESENTAÇÃO

04
METODOLOGIA

05
**SEGUNDO TURNO
ELEITORAL**

06
**TERRITÓRIO E
VIOLÊNCIA**

07
**TIPOS DE
VIOLÊNCIA**

08
**CARGOS E
CANDIDATURAS**

09
**PERFIL DEMOGRÁFICO E
PARTIDÁRIO**

11
**VIOLÊNCIA E CAMPANHA
ELEITORAL**

13
**GÊNERO E RAÇA
NA VIOLÊNCIA**

Acesse o dashboard do OVPE-TE Brasil

Explore os dados e as análises sobre
episódios de violência contra lideranças
políticas monitorados pelo OVPE-TE Brasil.



LINK



Clique no botão ou escaneie o QR Code para acessar o dashboard interativo.

APRESENTAÇÃO

O Observatório da Violência Política e Eleitoral no Brasil (OVPE), iniciativa do Grupo de Investigação Eleitoral (GIEL) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), acompanha desde de 2019 episódios de violência contra lideranças políticas e seus familiares. O monitoramento abrange mandatários, ex-mandatários, candidatos, pré-candidatos e integrantes da administração pública. Não são monitorados episódios contra eleitores, militantes ou profissionais da imprensa.

Em parceria com a Transparência Eleitoral Brasil (TE Brasil), este relatório analisa os registros de 5 a 25 de outubro de 2026, período do segundo turno, contribuindo para a Missão de Observação Eleitoral 2026. O relatório oferece ainda um balanço da violência ao longo da campanha e examina como gênero e raça se articulam nos padrões de vitimização, considerando suas continuidades e diferenças em relação ao período anterior à disputa eleitoral.

METODOLOGIA

A base do OVPE é formada a partir do acompanhamento diário de notícias em mídias digitais, realizado com o uso de Google Alertas. Quando um episódio elegível é identificado, a equipe verifica as informações disponíveis e o codifica no banco de dados. A classificação considera a forma como o episódio é apresentado nas fontes consultadas, sem determinar a natureza dos fatos ou substituir eventuais apurações policiais ou administrativas.

Em 2022, o OVPE ampliou seu escopo analítico ao adotar a tipologia desenvolvida por [Krook \(2020\)](#) na literatura de violence against women in politics (VAWIP). A alteração buscou tornar a coleta mais sensível a formas de violência que recaem com maior frequência sobre grupos sub-representados e que eram menos visíveis em classificações centradas nos episódios físicos. Acreditamos que a adoção de uma tipologia que abarque tipos mais variados de violência permitirá uma compreensão mais ampla e precisa das diferentes formas de vitimização política – e, especialmente, aquelas que envolvem violência de gênero e/ou raça.

A tipologia do Observatório abrange cinco principais modalidades violentas: a violência física, a psicológica, a econômica, a sexual e a semiótica¹. Atribuímos à violência física os episódios de homicídios – tentados e consumados –, os sequestros e as agressões em geral. Na psicológica, surgem as ameaças e incitações à violência. A violência econômica abarca os episódios de roubo, furtos e vandalismos, sobretudo. Em relação à violência sexual, há os crimes de estupro, incitações sexuais e o assédio sexual. Por fim, acrescentamos a modalidade de violência semiótica, que envolve episódios de desqualificação, objetificação e invisibilização de lideranças políticas. Mais informações podem ser consultadas no [Livro de Códigos do OVPE](#).

 **Site:** www.giel.uniriotec.br

 **E-mail:** giel@unirio.br

 **Instagram:** [@giel_unirio](https://www.instagram.com/giel_unirio)

 **X (Twitter):** [@giel_unirio](https://twitter.com/giel_unirio)

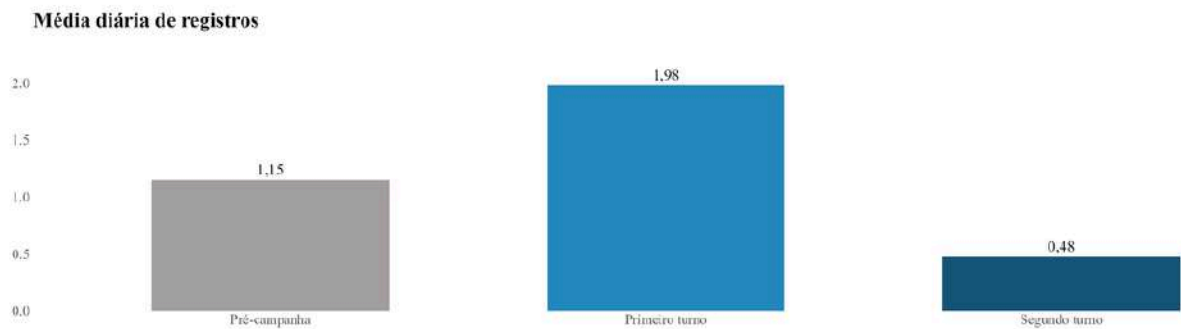
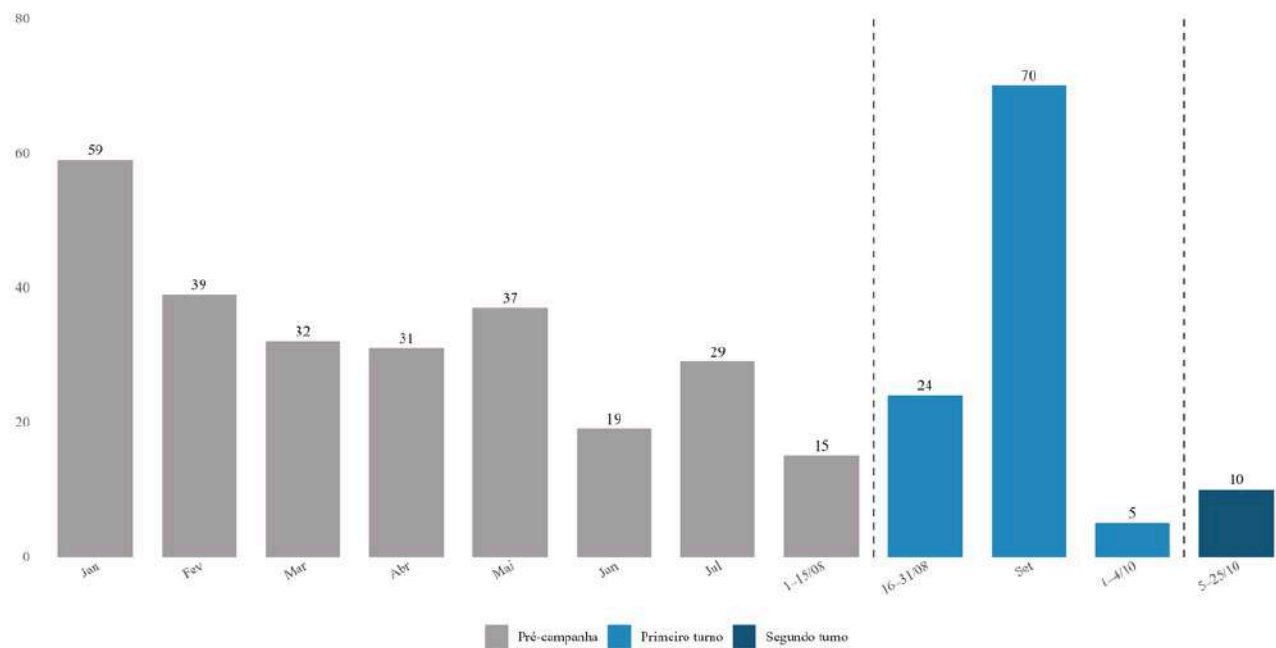
¹Embora a violência simbólica seja uma noção mais difundida, Krook (2020) propõe a categoria de violência semiótica para identificar ataques que mobilizam palavras, imagens e outros recursos de significação; a violência simbólica permanece como conceito teórico mais amplo, relativo à reprodução e à naturalização de relações de dominação.

SEGUNDO TURNO ELEITORAL

O segundo turno foi marcado pela redução dos registros de violência contra lideranças políticas. Entre 5 e 25 de outubro de 2026, o OVPE contabilizou dez episódios, média de 0,48 por dia. Esse patamar representa uma queda de aproximadamente 76% em relação à campanha do primeiro turno, quando foram registrados 99 episódios em 50 dias, com média diária de 1,98. Também ficou abaixo da pré-campanha, cuja média foi de 1,15 registro por dia entre janeiro e 15 de agosto.

Setembro concentrou 70 dos 99 episódios da campanha do primeiro turno (70,7%), com média de 2,33 registros diários. Janeiro, segundo mês com mais ocorrências, reuniu 59 casos, equivalentes a 1,90 por dia. A média do segundo turno ficou abaixo inclusive da observada em junho, mês com menor frequência entre janeiro e setembro: foram 19 episódios em 30 dias, ou 0,63 por dia. Assim, mesmo considerando as diferentes durações dos intervalos, o segundo turno apresentou o menor volume diário de registros entre os períodos comparados.

Gráfico 1: Evolução mensal de casos de violência contra lideranças políticas

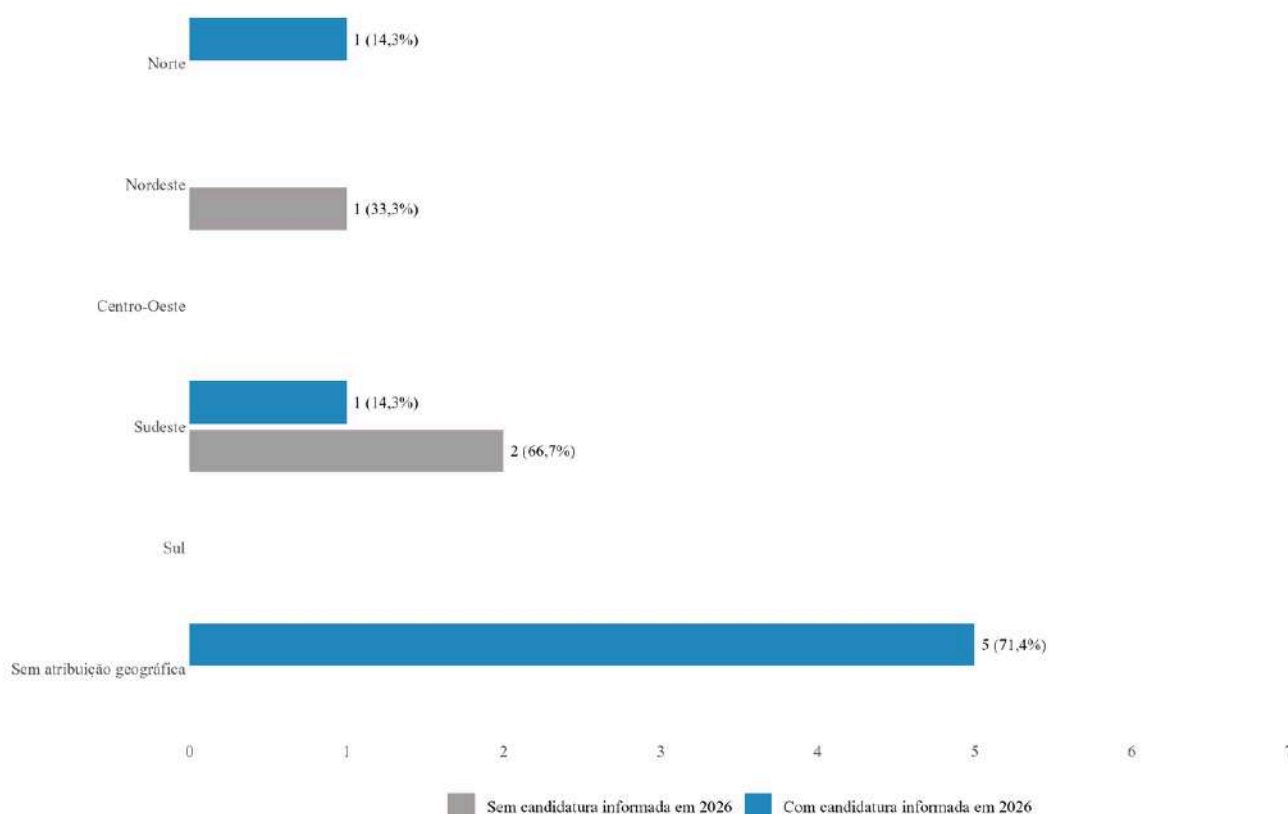


Fonte: Observatório da Violência Política e Eleitoral

TERRITÓRIO E VIOLÊNCIA

A distribuição territorial da violência no segundo turno abrange cinco episódios com localização identificada. O Sudeste reuniu três casos e o Nordeste, um, todos contra lideranças que não disputavam essa etapa eleitoral. O Norte registrou o único episódio envolvendo candidatura ainda em disputa. Outros cinco casos não são geograficamente atribuíveis, por terem ocorrido em veículos de mídia ou meios digitais, sem referência precisa ao local. Todos atingiram lideranças que participaram das eleições de 2026, mas cuja disputa se encerrou no primeiro turno: três foram eleitas (60%) e duas não foram eleitas (40%).

Gráfico 2: Distribuição regional de casos de violência contra lideranças políticas



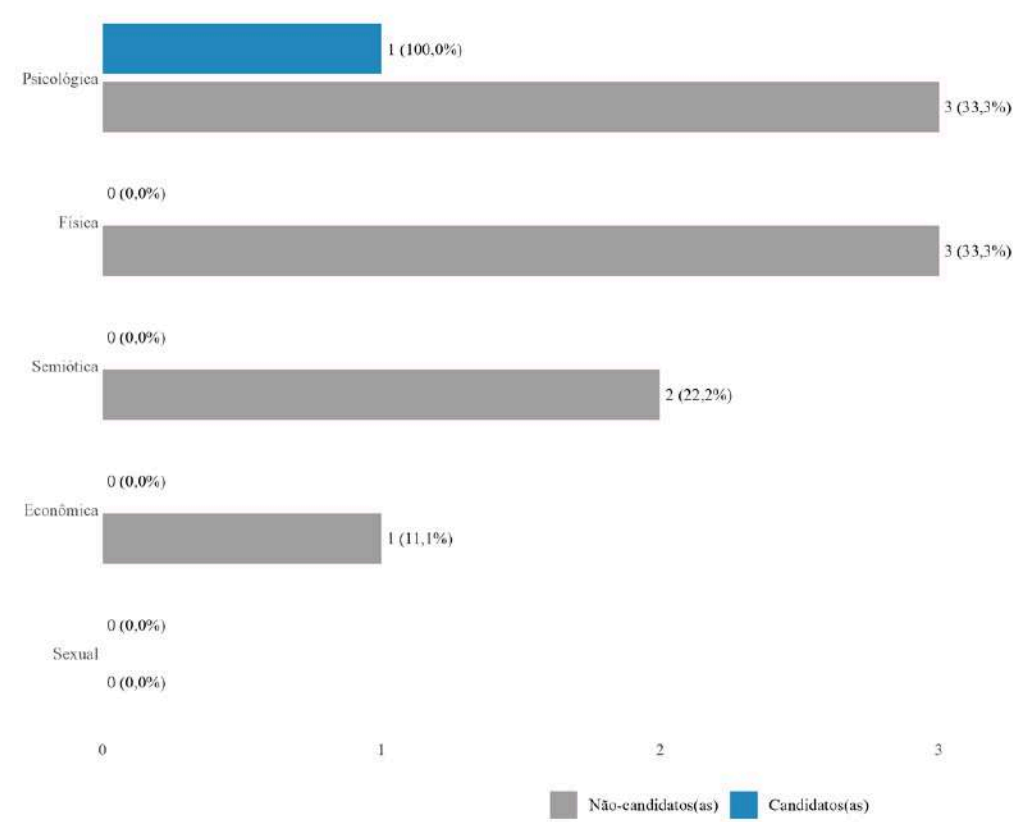
Fonte: Observatório da Violência Política e Eleitoral

Entre os episódios localizados, o Sudeste respondeu por 60% dos casos, enquanto Norte e Nordeste reuniram 20% cada. Em comparação à campanha do primeiro turno, o Sudeste manteve a liderança e ampliou sua participação, antes de 33,8%. O Nordeste, que concentrava 30%, passou a dividir a segunda posição com o Norte, cuja participação anterior era de 7,5%. Centro-Oeste e Sul, responsáveis por 15 e oito episódios no primeiro período, respectivamente, não apresentaram registros territorialmente atribuídos no segundo turno. A presença de casos localizados passou, assim, de cinco para três regiões, embora o total reduzido de ocorrências limite a identificação de mudanças nos padrões territoriais.

TIPOS DE VIOLÊNCIA

As violências psicológica e física concentraram sete dos dez episódios do segundo turno (70%), proporção próxima à da campanha do primeiro turno (72,7%). A modalidade psicológica reuniu quatro registros (40%), ante 45,5% no período anterior, e incluiu o único ataque contra candidatura ainda em disputa. Os outros três atingiram lideranças cuja participação eleitoral havia terminado no primeiro turno. Todos foram classificados como ameaças, incluindo intimidações de morte e estupro e exposição de dados pessoais. A violência física respondeu por três casos (30%), ante 27,3% no primeiro turno: um homicídio, um homicídio de familiar e um atentado. Entre as demais lideranças, houve três casos de cada modalidade (33,3%).

Gráfico 3: Tipos de violência e seus registros



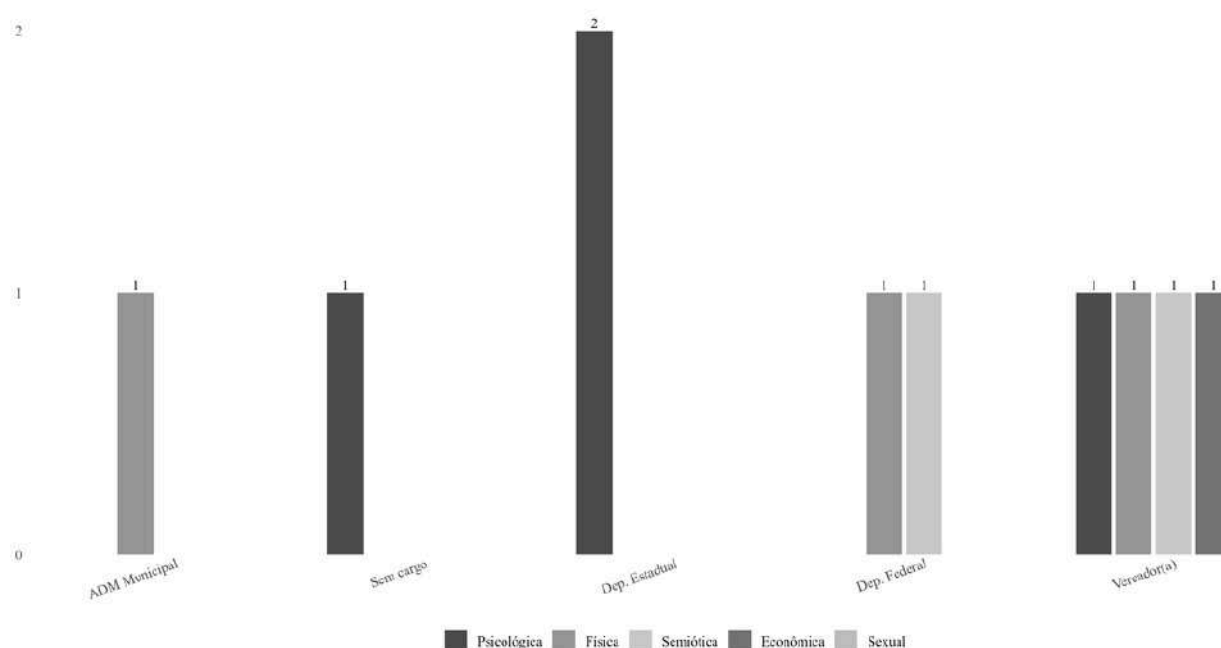
Fonte: Observatório da Violência Política e Eleitoral

A violência semiótica apresentou dois episódios (20%), ampliando sua participação em relação aos 14,1% anteriores, com ataques de conteúdo racista e transfóbico. Já a econômica passou de 12,1% para 10%, com um caso de vandalismo contra veículo que exibia material de campanha. Essas duas modalidades atingiram exclusivamente lideranças que já haviam encerrado sua participação eleitoral ou não concorreram em 2026. Não houve registros de violência sexual, após um episódio na campanha do primeiro turno.

CARGOS E CANDIDATURAS

O perfil dos cargos exercidos revela a concentração de oito dos dez registros em mandatos legislativos (80%): quatro contra vereadores, dois contra deputados estaduais e dois contra deputados federais. A vereança manteve a liderança observada no primeiro turno, passando de 32,3% dos episódios naquele período para 40% no segundo turno.

Gráfico 4: Distribuição de episódios por tipo de violência



Fonte: Observatório da Violência Política e Eleitoral

As duas ocorrências contra deputados estaduais foram psicológicas. Uma atingiu Alessandra Campelo (PSD), candidata a vice-governadora do Amazonas no segundo turno, que solicitou medida restritiva após relatar gesto de “degola” em debate. Foi o único caso contra candidatura ainda em disputa. Os registros contra deputados federais se dividiram entre violência física e semiótica. Entre vereadores, houve um caso de cada modalidade: psicológica, física, semiótica e econômica. Fora dos mandatos legislativos, houve um episódio de violência física contra um integrante da administração municipal e um de violência psicológica contra uma liderança sem cargo.

A violência também atingiu lideranças cuja participação eleitoral havia terminado no primeiro turno. Erika Hilton (PSOL) e Livia Duarte (PSOL) foram reeleitas deputadas federal e estadual, respectivamente. Ana Elisa Santos Silva (PT), sem cargo, foi eleita deputada federal. Os vereadores Caio Cordeiro (PL) e Enzo Samuel (PDT) concorreram, respectivamente, a deputado federal e estadual, mas não se elegeram. Entre essas lideranças, quatro exerciam mandato (80%) e três venceram suas disputas (60%). Os ataques foram psicológicos em três casos e semióticos em dois, mostrando a continuidade da violência após a definição dos resultados eleitorais.

PERFIL DEMOGRÁFICO E PARTIDÁRIO

O perfil demográfico das lideranças vitimadas permite examinar como os registros de violência se distribuem entre diferentes segmentos da representação política. No segundo turno, mulheres e homens apareceram em cinco episódios cada (50%). Essa distribuição manteve a proximidade observada na campanha do primeiro turno, quando foram registrados 47 casos contra mulheres (47,5%) e 52 contra homens (52,5%).

Na dimensão etária, a faixa de 50 a 59 anos concentrou três registros (30%), seguida pelas de 18 a 29, 30 a 39 e 40 a 49 anos, com dois cada (20%). Houve um caso entre pessoas de 60 anos ou mais (10%). A principal diferença em relação ao primeiro turno foi a menor concentração entre 40 e 49 anos, cuja participação passou de 40,4% para 20%. Já a faixa de 18 a 29 anos ampliou sua participação, passando de 7,1% para 20% dos casos.

Tabela 1: Perfil demográfico

Perfil demográfico — 10 registros		
Dimensão	Perfil	N (%)
Sexo	Feminino	5 (50,0%)
	Masculino	5 (50,0%)
Faixa etária	18 a 29 anos	2 (20,0%)
	30 a 39 anos	2 (20,0%)
	40 a 49 anos	2 (20,0%)
	50 a 59 anos	3 (30,0%)
	60 anos ou mais	1 (10,0%)
Escolaridade	Ensino médio	1 (10,0%)
	Ensino superior	9 (90,0%)
Id. racial	Branca	4 (40,0%)
	Parda	1 (10,0%)
	Preta	5 (50,0%)

Fonte: Observatório da Violência Política e Eleitoral

No campo da escolaridade, nove registros envolveram pessoas com ensino superior completo ou incompleto (90%), mantendo a predominância observada na campanha do primeiro turno, quando esse grupo reuniu 80 dos 99 episódios (80,8%). Oito casos corresponderam ao superior completo (80%) e um ao incompleto (10%). O ensino médio respondeu pelo registro restante (10%), ante 13,1% no primeiro turno. Não houve casos envolvendo pessoas com ensino fundamental ou classificadas como “Lê e escreve” nos registros do Tribunal Superior Eleitoral, nem informações ausentes nessa dimensão.

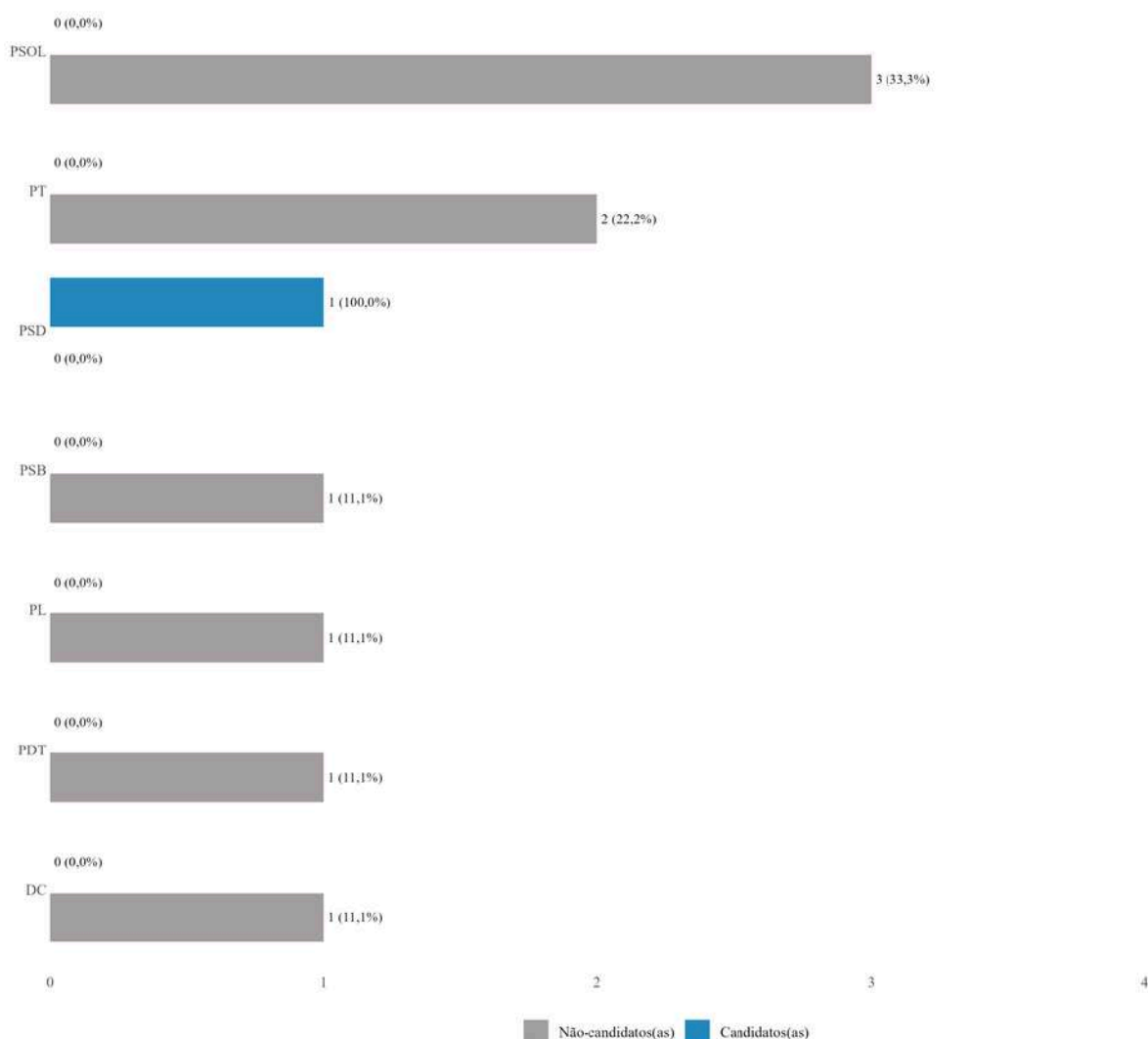
A distribuição racial apresentou mudança mais acentuada. Pessoas pretas concentraram cinco episódios (50%), brancas, quatro (40%), e pardas, um (10%). No primeiro turno, pessoas brancas reuniam a maioria dos registros (59,6%), seguidas por pardas (19,2%) e pretas (18,2%). A inversão entre pessoas brancas e pretas foi acompanhada pela redução da participação de pardas. Consideradas conjuntamente, pessoas pretas e pardas estiveram envolvidas em seis casos (60%), ante 37 dos 99 registros anteriores (37,4%).

O cruzamento entre sexo e raça mostra que quatro dos cinco registros contra mulheres atingiram pessoas negras (80%): três pretas e uma parda. Entre homens, dois dos cinco casos envolveram pessoas pretas (40%) e três, brancas (60%). Não houve ausência de informação sobre sexo ou raça.

Além das características demográficas, a filiação partidária permite situar as lideranças vitimadas no conjunto das organizações políticas. Os dez registros do segundo turno envolveram integrantes de sete legendas. O PSOL reuniu três episódios (30%), seguido pelo PT, com dois (20%). Juntos, responderam por metade dos casos, ante 31,3% na campanha do primeiro turno. Essa concentração decorreu sobretudo do aumento da participação do PSOL, que antes reunia 11,1% dos registros, enquanto o PT manteve proporção próxima à anterior (20,2%).

PSD, PSB, PL, PDT e DC contabilizaram um episódio cada (10% do total). O caso do PSD foi o único envolvendo candidatura ainda em disputa, contra Alessandra Campelo, candidata a vice-governadora do Amazonas. Os outros nove atingiram lideranças que não participavam do segundo turno. Nesse grupo, o PSOL respondeu por 33,3% dos registros e o PT, por 22,2%; PSB, PL, PDT e DC reuniram 11,1% cada.

Gráfico 5: Episódios violentos por legenda partidária



Fonte: Observatório da Violência Política e Eleitoral

VIOLÊNCIA E CAMPANHA ELEITORAL

O encerramento das votações permite retomar os resultados dos boletins anteriores e examinar as mudanças nos registros de violência contra lideranças políticas ao longo da campanha de 2026. Esse exercício retrospectivo integra o acompanhamento desenvolvido pelo OVPE em parceria com a TE Brasil, que prosseguirá no período pós-eleitoral, de 26 de outubro a 31 de dezembro. A continuidade do monitoramento permitirá observar a persistência ou a alteração dos padrões identificados após a definição das disputas, completando a análise do calendário político-eleitoral do ano.

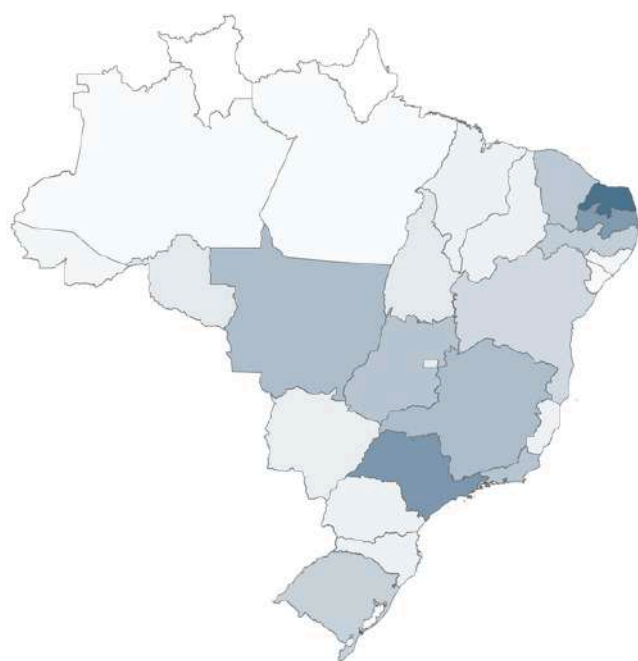
Atualmente, a base reúne 370 registros distribuídos entre janeiro e o segundo turno: 261 anteriores à campanha e 109 entre sua abertura e a votação final. Destes últimos, 99 ocorreram até o primeiro turno e dez no intervalo seguinte. A concentração de 90,8% dos episódios da campanha na primeira etapa mostra que sua distribuição não acompanhou um crescimento contínuo até o encerramento das eleições, tendo setembro reunido 70 casos.

Os mapas abaixo comparam o período pré-eleitoral, de 1º de janeiro a 15 de agosto, ao eleitoral, de 16 de agosto a 25 de outubro de 2026. A análise territorial considera, respectivamente, 232 e 85 episódios com localização identificada. Os demais ocorreram em veículos de mídia ou meios digitais, sem referência precisa ao local, e não são atribuídos a uma unidade da Federação.

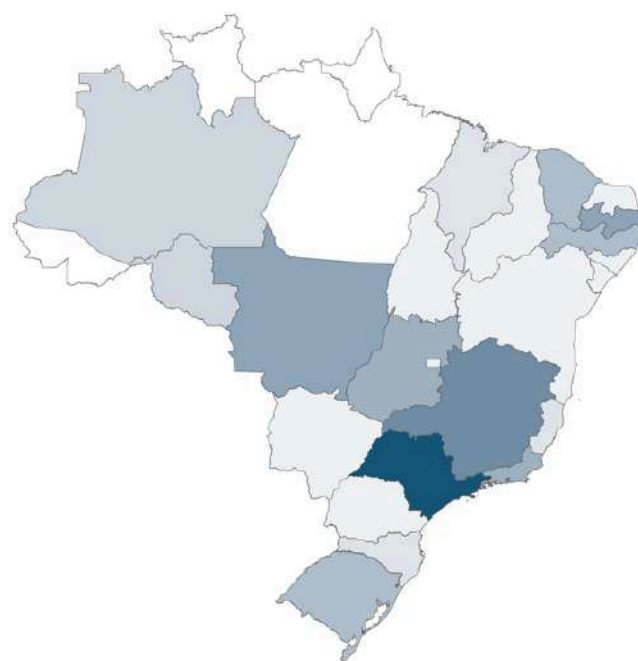
Mapa 1: Violência contra lideranças políticas por Unidade da Federação - Períodos pré-eleitoral e eleitoral

Período pré-eleitoral

Período eleitoral



Registros por dia
0,00 0,05 0,10 0,15



Registros por dia
0,00 0,05 0,10 0,15

Fonte: Observatório da Violência Política e Eleitoral.

A comparação entre as etapas do calendário eleitoral revela mudanças na intensidade e na distribuição territorial da violência. Considerando os 227 dias da pré-campanha e os 71 dias entre a abertura da campanha e o segundo turno, a média de episódios localizados passou de 1,02 para 1,20 por dia, aumento de 17,1%. Regionalmente, o Nordeste, que liderava com 0,46 registro diário, recuou para 0,35, enquanto o Sudeste passou de 0,26 para 0,42. O crescimento de 62,6% no Sudeste, acompanhado pela redução de 23,1% no Nordeste, indica que a intensificação dos registros durante a campanha foi territorialmente desigual.

Em nível estadual, São Paulo passou à primeira posição, com média de 0,20 episódio por dia, ante 0,11 na pré-campanha, crescimento de 72,2%. Minas Gerais alcançou 0,13 registro diário, aumento de 79,8%. Paraíba e Mato Grosso apresentaram médias próximas de 0,10, mas trajetórias distintas: na primeira, houve redução de 10,5%; no segundo, crescimento de 39,9%. O Rio Grande do Norte, que antes liderava a distribuição estadual, passou de 0,16 para 0,01 caso por dia. A mudança na concentração territorial combina aumentos de frequência em alguns estados e retrações em outros, mesmo com a permanência de ocorrências nas cinco regiões.

As modalidades de violência apresentam maior continuidade. As formas psicológica e física somaram 79 dos 109 episódios da campanha (72,5%), ante 79,3% na pré-campanha. A diferença mais expressiva ocorreu na violência econômica, cuja participação passou de 4,2% para 11,9%. Foram 13 registros durante a disputa, dos quais 12 classificados como vandalismo. A média diária dessa modalidade passou de 0,05 para 0,18. Os relatos incluem danos a comitês, materiais de propaganda e veículos adesivados, mostrando como a violência também atingiu as estruturas utilizadas na divulgação das candidaturas e na mobilização de apoiadores.

O perfil dos cargos também se alterou. Vereadores permaneceram como o grupo com mais registros, mas sua participação caiu de 57,5% na pré-campanha para 33% no período eleitoral. Em sentido inverso, lideranças sem cargo passaram de 13,8% para 30,3%. Esse deslocamento amplia o peso de pessoas que buscavam conquistar um mandato: no primeiro turno, 29 dos 32 episódios contra lideranças sem cargo envolveram candidaturas. A campanha alcançou, assim, tanto ocupantes de mandatos quanto concorrentes sem cargo no momento do registro, sem suprimir por completo a presença das lideranças municipais entre as vítimas.

A distribuição partidária reforça a mudança de composição. PL e União Brasil reuniam os maiores totais na pré-campanha, com 36 e 33 registros. No período eleitoral, o PT passou à primeira posição, com 22 episódios (20,2%), seguido pelo PSOL, com 14 (12,8%); PL e Republicanos contabilizaram 11 cada (10,1%). A alternância entre as legendas com mais registros acompanha a reconfiguração territorial e dos cargos atingidos, mas não permite atribuir maior risco a seus integrantes sem considerar o tamanho e a composição de cada partido.

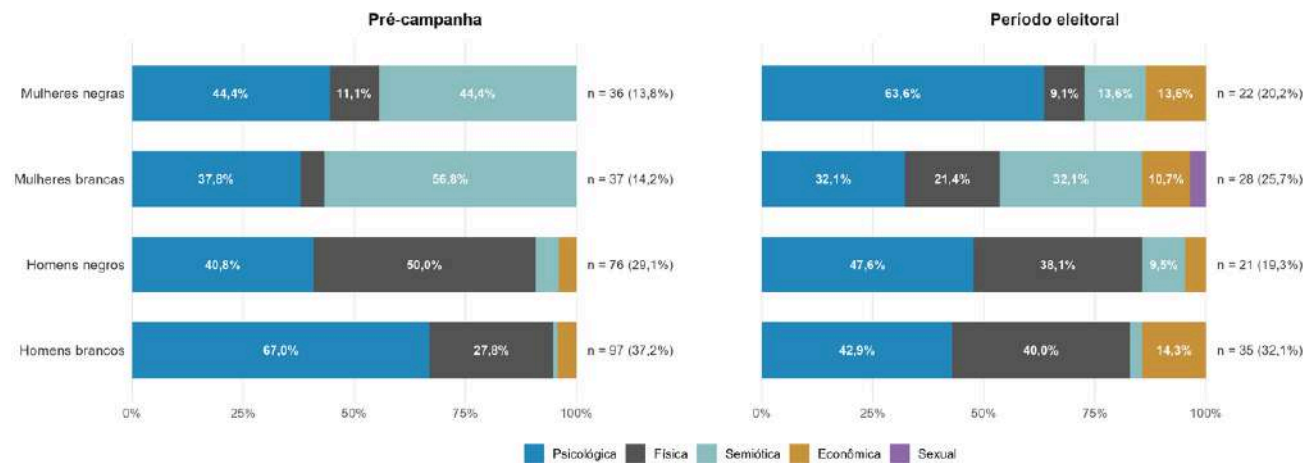
A observação eleitoral ganha, assim, uma dimensão que ultrapassa a regularidade dos procedimentos de votação: interessa também examinar em que condições lideranças conseguem apresentar suas propostas, sustentar sua presença pública e exercer os mandatos conquistados. Os registros documentam constrangimentos a essas atividades, embora, por si só, não permitam estabelecer seus efeitos sobre o comportamento do eleitorado ou sobre os resultados das urnas. Cabe investigar como essas formas de violência atingem atores com recursos e posições desiguais para enfrentá-las. Essa perspectiva orienta a análise interseccional a seguir, na qual gênero e raça serão considerados conjuntamente para examinar diferenças nas formas de vitimização e o uso de identidades sociais como fundamento de ataques à legitimidade de lideranças políticas.

GÊNERO E RAÇA NA VIOLÊNCIA

Os registros de violência devem ser lidos à luz das desigualdades de acesso à representação política. Homens brancos predominam em espaços institucionais: estudo publicado pelo TSE identificou sua presença em 61% das cadeiras da Câmara dos Deputados eleita em 2022.² Nas eleições municipais de 2024, mulheres representaram 18,2% dos vereadores eleitos; pessoas pretas, 6,9%, e pardas, 38,9%.^{3 4} Esses referenciais mostram por que o maior número absoluto de episódios contra um grupo não basta para concluir que ele enfrenta maior risco.

A composição dos mandatos, porém, não constitui um denominador diretamente aplicável ao conjunto do OVPE, que também reúne candidaturas, ex-mandatários, integrantes da administração e familiares. Uma pessoa pode, ainda, aparecer em mais de um episódio. Os dados oficiais contextualizam os registros e permitem comparações por cargo, mas não autorizam converter sua distribuição em taxas individuais de vitimização. É com essa distinção que o cruzamento de gênero e raça permite examinar a composição e as formas dos ataques.

Gráfico 6: Gênero, raça e formas de violência



¹ Evangelista et al. Estudos Eleitorais, 2024, p. 419; ² Ministério das Mulheres. RASEAM 2025, tabela 6.15; ³ TSE. Representação por perfil racial, 2025, tabela 12.

Durante a campanha, a participação feminina nos registros passou de 29,1% para 47,7%. Mulheres negras ampliaram sua presença de 13,8% para 20,2% do total, e mulheres brancas, de 14,2% para 25,7%. Essa mudança contrasta com a redução da participação de pessoas negras no agregado, de 42,9% para 39,4%. O recorte racial isolado esconderia, portanto, trajetórias distintas: enquanto homens negros passaram de 29,1% para 19,3% dos episódios, mulheres negras tiveram seu percentual aumentado dentre as vítimas de violência. Homens brancos continuaram como o grupo com mais registros, mas passaram de 37,2% para 32,1%.

Uma comparação restrita à vereança permite aproximar o universo monitorado da referência institucional. Mulheres foram 18,2% das pessoas eleitas para o cargo em 2024, mas responderam por 25,3% dos registros contra vereadores na pré-campanha e 36,1% no período eleitoral. Pessoas pretas, que representaram 6,9% dos eleitos, apareceram em 11,3% e 16,7% desses episódios, respectivamente. Há, assim, sobrerrepresentação de mulheres e pessoas pretas nos registros desse cargo em relação à composição dos eleitos, sem que isso corresponda automaticamente à proporção de indivíduos vitimados.

As modalidades também diferenciam os perfis. Entre mulheres negras, a violência psicológica passou de 44,4% para 63,6% dos casos, enquanto a semiótica recuou de 44,4% para 13,6%. Entre mulheres brancas, a física passou de 5,4% para 21,4%, e a econômica apareceu em 10,7% dos registros eleitorais. Entre homens negros, a física passou de 50% para 38,1%, e a psicológica tornou-se a mais frequente (47,6%). Já entre homens brancos, a participação da física cresceu de 27,8% para 40%. Os resultados não sustentam um padrão único de violência associado a cada sexo ou grupo racial, mas mostram combinações que variam conforme o período.

Os relatos revelam ataques às identidades de lideranças de diferentes partidos, antes e durante a campanha. Os exemplos a seguir ilustram um conjunto mais amplo de ocorrências. Na pré-campanha, Guto Zacarias (União Brasil), sofreu insultos racistas que evocavam a escravização. Na campanha, Brena Dianná (União Brasil) denunciou ataques sexistas e depreciativos, e Ana Elisa Santos Silva (PT) relatou ameaças racistas de morte e estupro com exposição de dados pessoais. Já no segundo turno, Erika Hilton (PSOL) foi alvo de uma publicação transfóbica que negava sua identidade de gênero. Esses episódios mostram como o racismo, a misoginia e a transfobia são ativamente mobilizados em prol da intimidação e deslegitimação de lideranças pertencentes a grupos politicamente minorizados, por ameaças à integridade física, pela sexualização das ofensas e pela contestação de seu reconhecimento político.

A perspectiva interseccional permite relacionar a distribuição dos episódios aos sentidos atribuídos às pessoas atingidas. A frequência dos ataques, suas modalidades e seu conteúdo são dimensões complementares: números menores podem coexistir com presença proporcionalmente elevada nos registros e com agressões dirigidas às identidades de grupos cuja participação institucional permanece reduzida.

A leitura conjunta desses resultados permite compreender a violência política como uma possível barreira à diversificação da representação. Para grupos historicamente sub-representados, conquistar espaço institucional pode significar enfrentar ataques que questionam a legitimidade de sua presença. O acompanhamento dessas práticas exige, portanto, atenção tanto à sua frequência quanto aos mecanismos de exclusão acionados em cada episódio. Essa perspectiva também orientará o monitoramento pós-eleitoral, quando será possível examinar como a definição dos resultados e a preparação para os novos mandatos se relacionam com a continuidade ou a transformação das formas de violência identificadas.

